

A OBRA “O PRÍNCIPE” E A SUA VINCULAÇÃO COM A POLÍTICA BRASILEIRA ATUAL

Priscilla de Lima Coelho Trindade¹

Juliana Bedin Grando²

Resumo: Em sendo a política um tema notadamente atual e dinâmico, uma vez que é mutável no tempo e no espaço, buscam-se melhores compreensões acerca desta temática. A partir deste cerne, apresenta-se pesquisa que objetiva por meio da obra literária “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel, traçar paralelos entre a época em que foi escrita com o cenário político atual, no contexto do Brasil. Realizaram-se análises discursivas das lições de Maquiavel, almejando encontrar hipóteses sobre o real objetivo da escrita do autor e (se) como é possível relacioná-las com as vinculações políticas de hoje. Buscando alcançar tais objetivos, o texto encontra-se dividido em duas seções, além da introdução e considerações finais: inicialmente, traça-se uma síntese da obra e contexto histórico da escrita do livro “O Príncipe”, e em um segundo momento, sua análise a partir do contexto político brasileiro. Para tanto, utiliza-se da metodologia dedutiva, com escrita monográfica e pesquisa histórica. Como conclusão, verifica-se que as relações políticas sofreram mudanças ao longo dos séculos e, ainda, busca-se fomentar reflexões no tocante às relações dos governantes para com seus governados no sentido de ampliar o pensamento crítico e reflexivo.

Palavras-Chave: Literatura. Política. Brasil.

THE WORK “THE PRINCE” AND ITS CONNECTION WITH BRAZILIAN POLITICS CURRENT

Abstract: In the policy being a remarkably current and dynamic theme, since is changeable in time and space, seeking better understandings about this thematic. From this core, reserch is presented that aims at the work of “The Prince”, by Nicolau Maquiavel, draw parallels between the time when was written with the current political scenario, in the contex of Brazil. Analyses were carried out discursive of the lessons of Maquiavel, draw carried out discursive of the lessons of Maquiavel, aiming to find hyphoteses about the real the author’s writing and (if) how is it possible to relate them to the today’s policies. Seeking to achieve these objectives, the text is divided into two sections, in addition to the introduction and final consideration: initially, a syntheses of the work and historical context of the writing of the book “The Prince”, and in a second moment, its analysis from the Brazilian political context. To this do, it uses the deductive methodology, with monographic writing and historical reseach. In conclusion, it is verified that political relations have change over the centuries and, futhermore, we seek to foster reflections on the relations of the rules towards their governed in order to broaden critical thinking and reflective.

Keywords: Literature. Policy. Brazil.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: priscilla.br@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos. Mestre em Direito pela Unijuí. Professora do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: juliana.bedin@yahoo.com.br.

1. Introdução

A política é um assunto bastante atual. Ela vem sendo discutida e questionada diariamente nos meios de comunicação e redes sociais. Um dos principais motivos é o constante embate entre autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário e – não raras vezes – é possível observar políticos de países diferentes digladiando-se por questões diversas, seja por conteúdos ligados à preocupação com o meio ambiente, à saúde e sanidade públicas, aos temas econômicos e fiscais ou, ainda, pelo viés propriamente político.

A Constituição Federal brasileira prevê em seu art. 14 os Direitos Políticos, determinando, por sua vez, que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Na sequência, observam-se no art. 17 os preceitos concernentes aos Partidos Políticos, cuja redação dá conta da liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, e os direitos fundamentais da pessoa humana (BRASIL, 1988).

Porém, muito antes do advento da democracia no Brasil, a política já estava presente nas sociedades mundo afora. No século XVIII, por exemplo, discutiam-se ideias revolucionárias - posteriormente chamadas de liberais – como a tese proposta por John Locke em 1690 de que homens e mulheres são livres e iguais.

Para o presente trabalho, portanto, nesta linha de discussões e reflexões acerca da política, buscar-se-á, essencialmente, traçar um paralelo entre a célebre obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, com a situação política atual no contexto do Brasil, buscando-se responder ao questionamento de ser possível falar em continuidade da política resenhada por Maquiavel ou se sua modificação é perceptível.

Com vistas a almejar tal intento, utiliza-se da metodologia dedutiva, com escrita monográfica e pesquisa histórica. Ainda, o presente texto encontra-se dividido em duas partes além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, estuda-se a obra “*O Príncipe*”, de Nicolau Maquiavel, e, em um segundo momento, sua comparação com a política brasileira.

2. O Príncipe de Nicolau Maquiavel

A obra “O Príncipe” escrita por Nicolau Maquiavel, no ano de 1513, configura-se em um importantíssimo ensaio que revela a política pelo olhar de um funcionário público de carreira: Maquiavel. O autor escreveu este texto para um leitor específico: Lorenzo di Piero de’ Médici, o governante de Florença na ocasião.

Nesta época, Florença era o epicentro do Humanismo e do Renascimento, período de efervescência cultural, intelectual, artística e filosófica que serviram de base para a Europa consolidar-se na Idade Moderna.

A República de Florentina, no entanto, estava passando por maus momentos. Em 1512, os Médici que não eram republicanos - pois queriam o monopólio do poder - foram expulsos de Florença. Antes disso, porém, conseguiram eleger um membro da família como Papa - Giovanni de’ Médici, conhecido como Papa Leão X, o qual conseguiu trazer sua família de volta e com isso a Monarquia.

Em 1513, com o retorno da família Médici à Florença, Maquiavel – republicano ferrenho – após sofrer com o expurgo da organização estatal feita pelos Médici, pagar uma fiança de 1.000 florins de ouro e ser proibido de entrar no Palácio Vecchio – a sede do governo de Florença – ainda, foi torturado e exilado em uma terra de sua família (MAQUIAVEL, 2014, p. XXVII).

Político nato, Maquiavel não conseguia aceitar a vida que lhe foi imposta – o tédio do campo. Decidiu, portanto, agradar quem estava no poder, independentemente de ir de encontro a sua convicção republicana. Nicolau escreve, então, ao príncipe, Lorenzo de’ Médici, o monarca da época afim de conquistar sua simpatia e com isso ser chamado para ser seu conselheiro. Neste prisma, Nicolau Maquiavel idealizou e escreveu o texto conhecido e admirado até a contemporaneidade: O Príncipe.

No ano de 1515, o escritor entrega a obra a Lorenzo de’ Médici que o acolhe com frieza e desdém. Não se sabe ao certo se ele fez a leitura do material (MAQUIAVEL, 2014, p. XXVIII).

A obra em análise traz importantíssimas lições aos príncipes de qualquer reinado e – pode-se dizer – de qualquer tempo. Este texto pode ser útil a duques, *lords*, reis, imperadores, barrões, presidentes, chefes de Estado e, até mesmo, ao Papa, pois apresenta notórias orientações de como se deve governar, tratar seu povo,

aliar-se a outras autoridades, agir em situações de escolhas conflitantes e, especialmente, manter-se no poder e ser amado por seu povo.

O livro traz à baila importantes noções de política, de gerenciamento de escolhas e atitudes, relacionamento com os governados e, ademais, de oportunismo político. Sua temática gira em torno de conselhos que buscam promover um reinado tranquilo, eficaz e glorioso. Dentre as recomendações é possível destacar pareceres quanto a fé que o governante precisa manter, quão cruel e bondoso deve ser, ponderações sobre a medida que deve ser amado e odiado, como deve equilibrar suas qualidades e virtudes, destacando, sobretudo, que o mais importante é parecer ter as virtudes e não, necessariamente, tê-las (MAQUIAVEL, 2014). Ao se analisar toda a apresentação discursiva da obra literária, pode-se afirmar que os preceitos postos são bastante atuais e se vinculam fortemente com a política contemporânea.

Neste contexto, é absolutamente aceitável que se diga que os preceitos da obra em tela podem ser utilizados pelo chefe do executivo de um país republicano – como é o caso do Brasil. Aliás, ao longo da leitura de *O Príncipe* é possível estabelecer inúmeras relações entre os preceitos postos e a realidade política do Brasil.

Em primeiro lugar, julga-se oportuno esclarecer alguns vocábulos empregados no texto de Maquiavel, que são, semanticamente, diferentes na tradução para a língua portuguesa e que podem confundir o leitor. A princípio, cabe esclarecer o emprego do vocábulo *fortuna*. Ao contrário do que pode ser entendido em uma leitura preliminar, a acepção de *fortuna*, na presente obra, significa, de forma sucinta: a sorte. Para o Instituto Italiano de Cultura de Paris (MAQUIAVEL, 2014, p. 188), “a fortuna é uma força destruidora das construções humanas [...] a fortuna só pode ser compreendida em conjunto com a *virtù*, ou seja, ela se manifesta pela ausência da *virtù*”.

Diante disso, é conveniente esclarecer, também, a compreensão da palavra *virtù*, para que não seja associada tão somente à virtude. Etimologicamente, a palavra virtude, na língua portuguesa, de acordo com o Dicionário Aurélio (2020, s.p), denota:

Boa conduta; em conformidade com o correto, aceitável ou esperado, segundo uma religião, moral, ética. O que segue os preceitos do bem, de normas morais. Uma característica moral própria: a virtude da solidariedade. Efeivação dessa virtude: a virtude não o deixa corromper. Qualquer característica boa ou aceitável: uma virtude patriótica. Aptidão para realizar os próprios objetivos eficazmente, com conhecimento e mérito (usado no plural): um médico de muitas virtudes. Qualidade própria para produzir certos efeitos; propriedade: só o homem tem a virtude de pensar. Expressão da

castidade feminina: sempre foi uma mulher que preservava sua virtude. Modo de vida regrado e austero: um pai que se orgulha em virtude.

Concebe-se, pois, que em uma conjuntura contemporânea a virtude é compreendida e aceita como um conjunto de características positivas, assentadas em princípios morais, éticos e até religiosos.

Sabe-se, no entanto, que não se tem apenas um conceito para definir as atitudes éticas. De acordo com Eduardo Bittar (2012, p. 23),

A ética encontra na mais robusta fonte de inquietações humanas o alento para a sua existência. É na balança ética que se devem pensar as diferenças de comportamentos, para medir-lhes a utilidade, a finalidade, o direcionamento, as consequências, os mecanismos, os frutos... Se há que se especular em ética sobre alguma coisa, essa “alguma coisa” é a ação humana. O fino equilíbrio sobre a modulação e a dosagem dos comportamentos no plano da ação humana importa a ética.

Uma das dificuldades de falar sobre ética, é que, por vezes, o tema parece vago ou ambíguo. Continua o mesmo autor:

O terreno da ética é pantanoso, sobretudo se considerado sob o ponto de vista da ciência. De fato, os conceitos discutidos pela ética são normalmente sujeitos à ambiguidade, à polissemia, à vaguidão, enfim, à valorização. Os conceitos fluidos e indetermináveis de modo único e absoluto são o núcleo dos estudos éticos. Então, como é possível um saber preciso sobre ética, se sujeito a tanto relativismo conceitual? Somente se pode admitir sua existência se se admite que é parte das ciências humanas e vive de perto a variedade dos aspectos humanos contidos nos valores subjetivos e sociais (BITTAR, 2012, p. 32).

A partir do exposto, pode-se inferir que a ética admite imprecisões e variações; ela não é precisa e rígida, como as ciências exatas ou as biológicas. Uma inflexibilidade ou uma rigidez impediria o surgimento de novas ideias e a prática da ética propriamente dita.

Mas para o Instituto Italiano de Cultura de Paris (2014, p. 196),

Maquiavel teria criado um conceito original: *virtù* seria ‘todo o conjunto de qualidades’, sejam elas quais forem, cuja aquisição o príncipe possa achar necessária a fim de manter seu estado e realizar grandes feitos. Assim, em se tratando da *virtù* individual e, mais especificamente, da *virtù* do príncipe, ela não é considerada por Maquiavel um composto de qualidades fixas, como coragem, sabedoria, justiça, temperança, isto é, das virtudes cardeais que, segundo a herança clássica definem o homem de *virtùs*. A *virtù* de cada homem é composta por qualidades diferentes; é possível ter *virtù* de muitas formas dependendo da circunstância ou da ocasião.

Apesar da admissão de diferentes acepções para o conceito de atitudes éticas, questiona-se se os conselhos de Maquiavel seriam facilmente aceitos na atualidade, pois, para o escritor o conceito de *virtù* alberga atitudes que podem ser rechaçadas por determinadas sociedades, porquanto admite a crueldade, a desonestidade, a manipulação.

Somando a isso, cabe lembrar uma das mais consagradas lições deixadas por Maquiavel nesta obra. Para ele, a crueldade, a mentira, a ambição, a desonestidade não são, necessariamente, prejudiciais. Podem ser, aliás, muito úteis. Por estas afirmações, Maquiavel foi considerado uma pessoa má, dando origem, inclusive, ao léxico: *maquiavélico*, que denota, dentre outras coisas, a perfídia, a deslealdade, a impetuosidade.

No entanto, tal postura foi analisada pela psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva (2018), em sua célebre obra “*Mentes Perigosas, o Inimigo Mora ao Lado*”, onde a médica inocenta Maquiavel do papel de mentor da tirania – ou até mesmo de psicopata. A autora menciona que diferente dos governantes psicopatas, Maquiavel sempre quis o bem da nação em que vivia e que Maquiavel

[...] defende o uso de vários recursos legais, e também não legais, para a manutenção do poder porém sem nunca deixar de beneficiar a nação e seu povo. Já o político psicopata subverte todas as leis e regras sem qualquer constrangimento com o único objetivo de ser ele o único ou maior beneficiário desse tipo de atuação. (SILVA, 2018, p.117).

O capítulo XVII, de O Príncipe, cuja redação dedica-se a esclarecer se é melhor ser cruel ou piedoso; amado ou temido, pode ter sido um dos principais responsáveis pelo afamado aforismo “os fins justificam os meios”, pois para ele o governante precisaria sempre ponderar cada situação para saber como melhor agir, sendo que a piedade e a honestidade nem sempre eram recomendadas. Maquiavel (2014, p. 81) afiança que

[...] digo que todo príncipe deve desejar ser considerado piedoso, e não cruel; entretanto, deve cuidar para não usar mal essa piedade. César Bórgia era tido como cruel; no entanto, com sua crueldade restaurou a Romanha, reunificou-a e restitui-lhe a paz e a fé, e que, bem considerado, evidenciará que ele foi muito mais piedoso do que o povo florentino, que, para escapar à fama de cruel, permitiu a destruição de Pistoia. Um príncipe deverá, portanto, não se preocupar com a infâmia de cruel para manter seus súditos unidos e fiéis. Pois, com pouquíssimos exemplos, será mais piedoso do que aqueles que, por excessiva piedade, deixam seguir as desordens das quais resultam assassinios e rapinas [...].

Por meio do exemplo, o republicano Maquiavel quer comprovar que o equilíbrio de atitudes é o mais importante ao se comandar qualquer nação. Ele aduz que um governante excessivamente piedoso, honesto, íntegro e fiel à palavra dada pode causar mais desgraça ao Estado, pois a política é muito volátil. Sendo assim, o governante precisa adaptar sua forma de governar às circunstâncias, mesmo em detrimento do prometido anteriormente.

Tal afirmação encontra amparo na passagem a seguir:

A um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as qualidades supracitadas, mas é bastante necessário parecer tê-las. Aliás, ousarei dizer que, se as tiver e observar sempre, serão danosas, enquanto, se parecer tê-las, serão úteis. Assim, debes parecer ser piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso e sê-lo mas com a condição de estares com o ânimo disposto a, quando necessário, não o seres [...] (MAQUIAVEL, 2014, p. 87).

Diante do exposto, é possível verificar a diversidade de ensinamentos da obra, ao mesmo tempo em que se observa a sua complexidade e atualidade. A partir disso, o próximo tópico destina-se a estudar a obra em sua contextualização da política brasileira da atualidade.

3. A política brasileira: uma análise a partir do livro O Príncipe

A política está presente cotidianamente no conviver humano, modificando-se a contar da sua inserção em períodos históricos. Nesta perspectiva, é possível fazer um resgate histórico no contexto político brasileiro. Em 1979, através da Lei nº 6.767, a Reforma Partidária possibilitou aos brasileiros o poder de escolher seus governantes, a partir de novas legendas que foram concebidas. Outrora, a escolha dava-se apenas entre os partidos ARENA v. MDB. Esta lei pôs fim, portanto, ao bipartidarismo e inaugurou o pluripartidarismo (LENZA, 2014, p. 133).

Com isso houve a ampliação das possibilidades de escolha. Tornou-se possível analisar e escolher o partido – o governante – que melhor traduzisse os anseios pessoais de cada cidadão.

Através da oportunidade de poder renovar as forças políticas sazonalmente, os cidadãos – ao fazer uso da sua cidadania - buscam fazer ponderações acerca das ações e atitudes daqueles que estão no poder. Em desagradando à população, esta,

por vezes, busca a renovação da política, tentando eleger novos partidos e novas personalidades. Acontece, porém, que em determinadas vezes o anseio por mudança acaba por conceder poder a quem não tem capacidade de exercê-lo.

Quanto a isso, Maquiavel (2014, p. 09) vaticinou no capítulo III da obra em estudo,

Mas é no principado novo que aparecem as dificuldades. Em primeiro lugar, se não é completamente novo, mas é anexado como membro, suas variações nascem principalmente de uma dificuldade natural que existe em todos os principados novos: o fato de os homens mudarem de bom grado de senhor, acreditando, com isso, que irão melhorar. Essa crença os faz tomar armas contra ele. Só mais tarde percebem o engano, pela própria experiência, vendo que pioraram.

O trecho “o fato de os homens mudarem de bom grado de senhor, acreditando, com isso, que irão melhorar” evidencia uma faculdade legítima instituída pelo Estado Democrático de Direito que permite, aos cidadãos, a livre escolha de seus governantes através do sufrágio universal. E quando a insatisfação com uma figura política é proeminente, certa parcela da sociedade opta por mudar radicalmente de ideologia política, apostando em candidatos que representam, para si, a real mudança que acreditam necessária. Ocorre, no entanto, que, às vezes, essa mudança tão radical pode ser lesiva, como arrazoou Maquiavel.

Embora, todo e qualquer político, no Brasil, seja eleito pelo povo - por força do voto direto e universal – cuja previsão encontra-se no art. 14 da CF/88, alhures mencionado, não raras são as vezes em que se têm notícias de políticos que devem favores a outros políticos ou, até mesmo, a empresários ou outras autoridades. Esses favores, inclusive, podem ser seus próprios cargos.

Nessas trocas de favores quem perde é o povo, pois, genericamente, há a percepção de pagamentos de propinas com dinheiro público, superfaturamento de compras do Estado, privilégios a determinadas empresas, celebração de contratos fictícios, pagamentos a servidores fantasmas, dentre outras imoralidades e artifícios desonestos.

Além do mais, existem os favores que não são tão perceptíveis em uma primeira análise. Fala-se, aqui, daquele apoio a determinado político quando há interesses em sua eleição, seja pela parte interessada estar inelegível naquele período; seja por acreditar que a figura a ser lançada tenha mais prestígio e possa

obter melhores resultados. Nessa bilateralidade, há sempre aquele que fica devendo algo em troca da benesse concedida. A exemplo do que já dizia Maquiavel,

Quem chega ao principado com a ajuda dos grandes mantém-se com mais dificuldade do que o que se torna príncipe com a ajuda do povo, porque o primeiro se vê cercado de muitos que parecem ser seus iguais, não podendo, por isso, comandá-los nem manejá-los a seu modo. Mas quem chega ao principado com o favor popular encontra-se sozinho e não tem em torno de si ninguém, ou quase ninguém, que não esteja pronto a obedecer-lhe. Além disso, não se pode satisfazer honestamente aos grandes sem injúrias aos outros, mas ao povo sim, porque seus fins são mais honestos que os dos grandes, visto que estes querem oprimir, enquanto aqueles querem não ser oprimidos (2014, p. 46).

Em suma, essa relação abre espaço para manipular o governante em troca de toda ajuda empenhada para o sucesso do pleito. Afinal, este tipo de fineza, no mundo político, sempre tem seu ônus.

Nessa conjuntura, surge também a discussão sobre a prática do *lobby*, uma atividade muito presente na sistemática política. Quanto aos *lobbies*, é oportuno esclarecer que, segundo Andréa C. O. Gozetto e Wagner P. Mancuso (2011), trata-se de uma laboração lícita e legitimada pelo ordenamento jurídico brasileiro, cujo intuito é articular em defesa de interesses afetados por decisões públicas. Ocorre, no entanto, que o *lobby* muitas vezes é associado à defesa ilícita de interesses e por esta razão é comum ligar à figura dos *lobbistas* à ilicitude e à fraude.

Quanto ao *lobby* lícito, é possível entender que sua prática é um instrumento democrático e pode ser muito valioso à sociedade. Gozetto e Mancuso (2011, p. 123), corroboram esta afirmação:

[...] o *lobby* lícito pode beneficiar o sistema político como um todo. Primeiramente o *lobby* em defesa de “grandes causas” (por exemplo, o desenvolvimento sustentável e o combate à corrupção na política) contribui diretamente para a satisfação do interesse público. Além disso, o *lobby* lícito fortalece o sentimento de pertença dos interesses organizados à comunidade política, colaborando para legitimar a própria comunidade e seu poder público.

No mesmo sentido, Carlo Velho Masi (2016, s. p.) afirmar que:

[...] o *lobby* não passa de uma representação de interesses absolutamente legítimos junto a agentes políticos, cujo objetivo é informar esses agentes das demandas de determinados segmentos sociais, para que vejam as vantagens de adotar determinadas medidas.

Gozetto e Mancuso (2011, p. 123) defendem a prática do *lobby* lícito como uma ferramenta de pertencimento e de mobilização da sociedade pois

[...] pode aproximar o resultado decisório das preferências dos interesses organizados [...] e proporcionar a satisfação íntima de “fazer parte de jogo”, mediante a defesa pública e aberta dos próprios pontos de vista, com o intuito de enriquecer o debate sobre as questões públicas.

Sem dúvidas a prática do *lobby* lícito é bilateralmente vantajosa, seja para os tomadores de decisões, seja para os grupos organizados que articularam em prol de seus interesses, pois a participação gera subprodutos valiosos à sociedade como a educação política, que possibilita a defesa de interesses e contribui para uma melhor aceitação das decisões tomadas. Para Gozetto e Mancuso (2011, p. 123), “em síntese, um contexto decisório aberto e participativo favorece a formação de *lobbies* integrados à comunidade política, que atuem de forma politicamente educada e que aceitem os resultados do processo democrático”.

A problemática surge quando o agente ou os políticos aproveitam-se da atividade para articular interesses próprios e não da coletividade, o que, geralmente envolve fortunas. Fortunas essas que pequenos grupos não dispõem e por isso podem sair prejudicados por formarem *lobbies* menos influentes.

Outras reflexões acerca das relações entre políticos e pessoas ligadas a eles, são possíveis. Muito se ouve falar no instituto das Delações Premiadas, uma técnica de investigação que oferece benefícios àquele que confessar ou prestar relevantes informações de um fato delituoso. Esse instituto penal, é comumente observado nos crimes de organização criminosa, sobretudo os que envolvem políticos e empresários. Este contexto lembra muito uma passagem da obra em estudo, a qual diferencia as armas próprias, do governante, e as armas mercenárias. Leia-se:

Dissemos acima como é necessário a um príncipe ter bons fundamentos; caso contrário, necessariamente se arruinará [...] Digo, portanto, que as armas com que um príncipe defende seu estado ou são próprias, ou são mercenárias ou auxiliares, ou mistas. As mercenárias ou auxiliares são inúteis e perigosas. Aquele cujo estado se apoia nas armas mercenárias jamais estará firme e seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, valentes entre amigos e covardes entre inimigos, sem temor a Deus nem fé para com os homens. Adiar-se a ruína pelo tempo que for adiado o ataque; na paz é-se espoliado por elas, e na guerra, pelos inimigos. A razão disso é que elas não têm outro amor nem motivo que as mantenham em campo senão um pequeno soldo, que todavia não é suficiente para fazê-las morrer por ti. Querem muito ser teus soldados enquanto não fazes a guerra; mas, quando a guerra chega, querem fugir ou ir embora (MAQUIAVEL, 2014, p. 60).

As armas mercenárias seriam aquelas mais periclitantes no tocante à fidelidade dos apoiadores do governante. Os préstimos alicerçados por este tipo de relação costumam ser frágeis. A comparação entre o discurso de Maquiavel e o instituto das delações premiadas pode ser percebida ao se pensar na megaoperação de combate à corrupção – a Operação Lava-jato.

Nesta operação, inúmeros investigados conseguiram benefícios penais ao fornecer informações pertinentes, delatando seus – anteriormente – parceiros. Todos os contratos superfaturados, as facilidades para se ganhar licitações, a prática e a facilitação do nepotismo, e todas as demais artimanhas para utilizar indevidamente os recursos estatais, esvaziam-se quando se quer fazer uso dos benefícios legitimados pelo ordenamento jurídico e, por consequência, mitigar os efeitos penais para si.

“Sem dúvida, os príncipes se tornam grandes quando superam as dificuldades e oposições que lhe são feitas” (MAQUIAVEL, 2014, p. 103). Utilizando-se deste trecho, é permitido dizer que, irrefutavelmente, a pandemia causada pela Covid - 19, evidenciou - positivamente e negativamente - os governantes de diversos países, quer seja pelo combate efetivo à pandemia; quer seja pela postura negacionista da doença que já matou, até o momento, mais de 214 mil pessoas só no Brasil, desde o início dos primeiros casos no país, em março de 2020 (PORTAL DE NOTÍCIAS G1, 2021, s.p).

Muitos são os motivos pelos quais alguns governantes optaram por negligenciar os efeitos da pandemia e discursar em tom de negação e desdém à doença. Alguns se apoiam em pretextos econômicos, outros fantasiam sobre a inexistência do coronavírus e a mera especulação midiática, outros – ainda – argumentam com base em dogmas religiosos. Quanto a este último, Maquiavel (2014, p. 86), outrora, fora enfático: “um senhor prudente não pode, nem deve, observar a fé quando essa observância virar-se contra ele ou quando deixarem de existir as razões que o haviam levado a promê-la”.

Dito isso, nota-se que a um governante é preciso o discernimento e o equilíbrio ideológico. É preciso que haja respeito a todas as instituições, sobretudo à ciência. Não é cabível ir de encontro ao que os cientistas e pesquisadores orientam em casos de saúde e sanidade públicas.

O Príncipe é uma obra atemporal e está, indubitavelmente, inserida no rol dos textos imortais. Sua leitura intriga e enleva, desde os eruditos até os leitores de ocasião, pois sua temática, por vezes, misteriosa deixa as dúvidas: “Maquiavel pretendia orientar os governantes ou o povo?”; “Estaria, Maquiavel, ao lado dos tiranos ou dos republicanos?”.

A dialética é muito presente na obra, pois no decorrer da leitura apresentam-se questões que suscitam novas reflexões e indagações. Exemplo desta afirmação é o questionamento que surge, ao leitor, quanto à antítese presente no discurso de Maquiavel - entre a liberdade do povo e a manutenção do despotismo.

Maquiavel, ao ser sabidamente republicano, intriga o leitor ao escrever orientações que parecem manipular e ludibriar o povo governado. Enveredar nesta análise pressupõe o domínio de alguns aspectos. Para que se possa, ao fim deste estudo, esclarecer as possíveis intenções do escritor, é necessária profunda análise da obra, bem como dos contextos sociais e políticos da época e do local, para que não se resvale em um proselitismo ideológico.

Importa saber, contudo, que Maquiavel escreveu uma literatura política de acordo com o contexto da época. Nessa conjuntura Raymond Aron (apud MAQUIAVEL, 2014, p. 11) inquire: “[...] seria culpa de Maquiavel se imperavam na Itália os costumes que ele descreve?”.

Fato é que o relato de Maquiavel era uma realidade de seu tempo e não uma obra de ficção e, surpreendentemente, parece uma manifestação produzida nos tempos atuais, considerando sua similaridade com aspectos percebíveis na sociedade contemporânea.

Desse modo, retomando a análise entre a obra e o contexto político brasileiro, é notório que muitos trechos dos escritos de Maquiavel concatenam-se com a realidade da política atual e já prenunciavam princípios vigorantes até hoje. Nas páginas iniciais da redação de Maquiavel (2014, p. 4 e 9), encontram-se as lições de que o governante precisa conhecer a realidade de seu povo e, ainda, tê-lo como aliado. O autor afirma que “para conhecer bem a natureza dos povos, é preciso ser príncipe, e, para conhecer a natureza dos príncipes, convém ser do povo”, além disso acredita que “[...] por mais que alguém seja fortíssimo graças a seus exércitos, sempre precisará do apoio dos habitantes para penetrar numa província”.

Essas colocações podem ser transportadas com facilidade para o cenário atual, haja vista que a um governante não basta ter o apoio de aliados políticos – seus

exércitos – mas, é indispensável que ele tenha a égide do povo, o qual é o titular de todos os direitos.

Corroborando o exposto, destaca-se outra passagem do livro:

O príncipe pode ganhar o povo de vários modos, para os quais não se pode estabelecer uma regra certa, pois variam segundo o sujeito [...] é necessário ao príncipe ter o povo como amigo; caso contrário, não terá remédio nas adversidades (MAQUIAVEL, 2014, p. 47).

Uma interpretação possível a esta passagem é a de que Maquiavel leciona quanto à necessidade de o governante – o príncipe – ter uma boa relação com a população, pois é ela que tem o poder de sustentá-lo ou de arruiná-lo.

Evidenciando a importância do conselho de que o governante deve possuir adjetivos como ser amigável, harmonioso e gentil com seu povo, Maquiavel reitera a orientação capítulos à frente. Lê-se que “a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo, porque, ainda que tenhas fortalezas, se o povo te odiar, elas não te salvarão, pois jamais faltam aos povos, depois que tomam as armas, forasteiros que os auxiliem” (MAQUIAVEL, 2014, p. 105).

Riquezas, aliados políticos, força partidária, influência em vários setores são hipóteses para as fortalezas nomeadas pelo escritor. E os forasteiros da contemporaneidade, podem ser comparados à imprensa que sempre dá publicidade aos escândalos de corrupção e às falhas dos entes públicos; aos protestos de grupos contrários e insatisfeitos com os governos, à oposição partidária. Enfim, quando um ente político for notadamente odiado pelo povo, provavelmente arruinará sua trajetória política, tendo em vista que o povo não o terá mais como opção para ocupar outro cargo de governança e a oposição política fará disso um trampolim para novas candidaturas.

Ao se aproximar das derradeiras reflexões acerca da obra O Príncipe, é válido mencionar que as lições de Maquiavel são, deveras, úteis e não devem ser interpretadas com maldade, pois ele transmitiu a política que já existia e que existe até hoje. Como já dizia Aristóteles, que o homem é um animal político, Nicolau Maquiavel buscou trazer ensinamentos que fossem pertinentes aos chefes de governos da época e mal sabia ele que suas lições atravessariam séculos e permaneceriam extremamente relevantes, autênticas e fidedignas. Maquiavel sempre se mostrou preocupado em retratar a realidade da política e não ficções e utopias que

pouco contribuiriam para as instituições estatais. Tal afirmação comprova-se, quando Maquiavel (2014, p. 75) esclarece que

[...] sendo meu intento escrever uma coisa útil para quem a escuta, parece-se mais conveniente seguir a verdade efetiva da coisa do que a imaginação sobre ela. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram na verdade [...].

O que se mostra evidente é que a obra de Nicolau Maquiavel, ao examinar questões tão importantes e registrar substanciais preceitos, ideias e valores acabou por se tornar um texto que não pereceu no tempo e que, até hoje, é estudado e valorizado em diversos países.

4. Considerações finais

Este artigo almejou demonstrar a existência ou não de ligações entre o texto de Maquiavel - escrito em 1513 - e a realidade política e organizacional do Estado, no contexto brasileiro nos tempos atuais.

Nos escritos de Maquiavel revelaram-se questões afeitas à política da época e que em cotejo com a realidade atual parecem bastante semelhantes, como visto ao longo das análises apresentadas neste artigo.

Ao se examinar a obra, percebe-se que ainda há questões muito vívidas, apesar da longa distância temporal que separa a época dos escritos e os dias de hoje. A busca pelo poder, as jogadas políticas, as convenientes alianças, as decisões e o poder polarizado são aspectos que Maquiavel, com sua genialidade, observou e eternizou em seus diversos escritos, em especial, na obra *O Príncipe*.

No decorrer deste estudo, foi possível estabelecer inúmeras relações da obra de Maquiavel com a conjuntura atual. Dito isso, é oportuno mencionar que a literatura deve ser usada com o fito de promover uma visão crítica, humanística, integrada e reflexiva acerca dos fenômenos sociais, políticos e jurídicos que permeiam as relações de governança e de controle social, afim de buscar melhorias à sociedade como um todo, pois os desequilíbrios provenientes de governos arbitrários, desorganizados ou corruptos afetam toda a estrutura social.

Muito se conquistou ao longo dos anos no tocante à organização dos Estados e a divisão dos poderes. Na Monarquia de Florença, tinha-se o poder centralizado nas

mãos de um único homem e na conjuntura atual brasileira respeita-se o Estado Democrático de Direito. Todavia, é preciso que haja sempre uma vigilância em torno dos tomadores de decisões para que a democracia e o poder soberano do povo não sejam mera utopia filosófica e jurídica, ao passo que se observa que o regime democrático restabelecido há mais de trinta anos ainda não foi capaz de criar mecanismos de fato eficientes contra a corrupção desmedida e a irresponsabilidade administrativa com a *res publica* por parte de grupos políticos dominantes desde a redemocratização.

Conclui-se, por fim, que além da possibilidade da ampliação da construção do conhecimento almejado ao longo deste estudo, foi possível aprofundar as reflexões em um assunto tão relevante como o entendimento de questões ligadas à organização dos estados, bem como a importância da participação social nos processos decisórios.

Por derradeiro, esclarece-se que esta pesquisa não visa pôr fim à discussão do tema e, embora, os objetivos do presente estudo tenham sido alcançados, sabe-se que outros aprofundamentos e questionamentos podem ser feitos, pois as análises postas não são únicas e conclusivas. Não se esgota o tema, mas serve como referencial para pesquisas vindouras.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética Jurídica. Ética geral e profissional.** 9ª Ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

Casos e mortes por coronavírus no Brasil em 22 de janeiro, segundo consórcio de veículos de imprensa. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/22/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-22-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>>. Acesso em 22 de jan. 2021.

GOZETTO, Andréa C. O.; MANCUSO, Wagner P. **Lobby: instrumento democrático de representação de interesses? Ano 8. 2011.**

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 18ª Ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** 4ª Ed., São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2014.

MASI, Carlo Velho. **A regulamentação do lobby no Brasil**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/406964760/a-regulamentacao-do-lobby-no-brasil>>. Acesso em 05 jan 2021.

Significado de Virtude. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/virtude/>>. Acesso em 15 de out. 2020.